



**Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho,**

Carioca, bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro atuou por 10 anos como advogado e cinco como defensor público. Foi presidente da Associação de Magistrados do Rio de Janeiro, autor de diversas obras jurídicas dentre elas *A Justiça em Mutação — A Reforma do Poder Judiciário*.

Com 67 anos, sendo mais da metade deles dedicados à magistratura, o desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho apresenta seus projetos ao CONJUR em entrevista concedida antes da posse.

Luiz Fernando destaca: “Fiz questão de mandar por escrito para os colegas, porque considero essa uma necessidade essencial. Não basta dizer aos colegas que vou fazer isso ou aquilo. O que está escrito permanece e pode me ser cobrado amanhã”. Este documento foi encaminhado a todos os membros do TJ-RJ, prevê 31 ações. Carvalho destaca as que terão prioridade. Uma delas é a criação da Central de Atendimento aos Magistrados. “Coloco como compromisso número um a política de efetiva valorização do Judiciário e da magistratura de primeiro e segundo grau”, ressaltou o candidato, que se disse comprometido também com a continuidade das obras para melhorar a estrutura física das varas e com a promoção de mais concursos para sanar o déficit de servidores.

Ainda assegurou: “Tem que se dar uma prioridade ao pessoal da primeira instância, aos meios materiais. Não é que a segunda instância esteja uma perfeição, mas ela está com uma condição mínima de trabalho. Se não são ideais, são razoáveis. E isso tem que ser reconhecido, foi um trabalho de seguidas administrações”.

Outro compromisso de Carvalho é estabelecer o diálogo permanente com os Poderes Executivo e Legislativo estaduais em prol da autonomia do Judiciário. A valorização do Tribunal Pleno também é outra promessa. “Antes tínhamos o Órgão Especial na cúpula administrativa do poder judiciário. Hoje o Tribunal Pleno. Isso tem que ser valorizado. As pessoas têm que perceber a importância desse tribunal”.

Sobre a remuneração dos juizes, ele destacou que a defesa será intransigente. “Essa é uma matéria, infelizmente, muito mal trabalhada às vezes nos meios de comunicação, quando se fazem comparações inteiramente absurdas como entre a remuneração dos magistrados e o salário mínimo. É uma comparação que não tem razão de ser. O juiz tem uma responsabilidade imensa porque lida com a honra, a vida, a liberdade, os direitos fundamentais. Temos hoje várias leis que trabalham a parte social e o juiz tem que ter sensibilidade. E o que não se sabe é que, às vezes, o juiz tem permanecido anos sem reajustes, nem para correção da inflação”, argumentou.

Para o desembargador, uma campanha de esclarecimento à sociedade poderia evitar o desgaste ao Judiciário, principalmente diante de notícias relacionadas à criação de auxílios, como o de educação, cujo projeto tramita na Assembleia Legislativa do Rio. “Tenho uma visão, que esse tipo de auxílio deve ser concedido com muita cautela para que não seja visto como abuso. Para uma população que nós sabemos que é sub-remunerada, a notícia de que o juiz vai receber auxílio educação ou auxílio moradia, vai gerar indignação”, afirmou.

E completou: “O que não se sabe é que o magistrado passa, às vezes, até três, quatro, cinco anos sem reajuste na sua remuneração fixa, então por isso é que vem uma demanda por verbas ou parcelas auxiliares. Então, não posso ser contra uma coisa que veio para atender uma emergência, corrigir um desequilíbrio. Considero que prioritariamente se deva trabalhar com a verba permanente e acessoriamente com a verba eventual”.

Carvalho destacou ainda que quer ampliar os projetos sociais do TJ-RJ e investigar em meios alternativos de solução de conflitos, como a mediação e a conciliação. Ele também pretende dar atenção à questão relacionada a segurança dos magistrados, sobretudo da área criminal. “Tem que haver uma política. Às vezes, há

situações que são de risco declarado, quer dizer: o juiz já recebeu uma ameaça ou foi informado de que tentarão contra incolumidade física dele. Casos como esse têm que ter atenção prioritária”, afirmou.

Entrevista extraída do CONJUR, em dezembro de 2014.